

**CONCURSO DE CONCEÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DA IDENTIDADE
VISUAL E GRÁFICA DA BRAGA 25**

TERMOS DE REFERÊNCIA

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

**1. ENTIDADE ADJUDICANTE, ÓRGÃO COMPETENTE E PROCEDIMENTO E
RESPETIVA MODALIDADE:**

1.1. Por decisão de contratar de 25 de fevereiro de 2025, da competência do seu Conselho de Administração, a Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M. (FCB), pessoa coletiva número 500 463 964, com sede na avenida da liberdade, 697, 4710-251 Braga, com o endereço de correio eletrónico contratos@fazcultura.pt, telefone n.º 253203803, no âmbito das competências delegadas à Empresa Municipal pelo Município de Braga referente à coordenação da estratégia de comunicação da Braga 25 Capital Portuguesa da Cultura, promove o *Concurso de Conceção para adaptação da Identidade Visual e Gráfica da Braga 25*, na modalidade de concurso de conceção simplificado.

1.2. É intenção da FCB proceder à seleção de 1 (um) trabalho de conceção, sendo que a proposta vencedora poderá ser posteriormente objeto de celebração, por ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º e n.º 2 do artigo 219.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), de um contrato de prestação de serviços destinado a adquirir criações conceptuais que consistam na concretização e no desenvolvimento do trabalho de conceção selecionado.

1.3. O procedimento decorre na plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt), onde podem ser consultados e descarregados todos os seus documentos e onde devem ser apresentadas as candidaturas e propostas, bem como quaisquer outros pedidos relacionados com o procedimento.

2. DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCEÇÃO E EXECUÇÃO

Com o presente concurso pretende-se obter criações conceptuais relativas à *adaptação da Identidade Visual e Gráfica da Braga 25*, considerando o novo logotipo Braga 25 que decorre da renovada identidade visual e gráfica adotada pelo Município de Braga.

A Braga 25 é um evento cultural com a duração de um ano, resultante da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura (CEC) 2027. Após a cidade ter alcançado a fase final do processo de seleção, juntamente com Aveiro, Évora e Ponta Delgada, o júri internacional designou Évora como Capital Europeia da Cultura 2027.

FAZ CULTURA

Em reconhecimento do mérito das restantes cidades finalistas, o Ministério da Cultura atribuiu-lhes o título de Capital Portuguesa da Cultura, determinando que Aveiro assumiria este estatuto em 2024, Braga em 2025, e Ponta Delgada em 2026.

A identidade visual e gráfica da Braga 25 foi concebida a partir da evolução da imagem desenvolvida no âmbito da candidatura à Capital Europeia da Cultura (CEC) 2027. Neste concurso, procuram-se propostas que se centrem na adaptação da identidade visual e gráfica da "Marca Braga", a nova identidade do Município de Braga, ao universo da marca e dos projetos da Braga 25.

As características, referências e requisitos a que devem obedecer os trabalhos de conceção constam dos Anexos II – Materiais de conceção e anexo_materiais para concurso design que fazem parte dos presentes Termos de Referência.

3. ESCLARECIMENTOS:

3.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri, por delegação do Conselho de Administração da entidade adjudicante.

3.2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento relativos ao procedimento, através dos meios disponibilizados na plataforma de contratação pública acinGov, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, os quais serão prestados por escrito, na mesma plataforma, pelo órgão identificado no ponto anterior, nos termos previstos no artigo 50.º do CCP.

4. JÚRI

4.1. O Júri do concurso, para as duas fases, é constituído por 3 (três) elementos efetivos e 2 (dois) suplentes:

- a) Presidente: Samuel Silva, Coordenador de Comunicação Braga 25;
- b) Vogal: Luís Fernandes, Diretor Artístico da FCB;
- c) Vogal: Mariana Volz, departamento de comunicação;
- d) Suplente: Luciana Silva, departamento de comunicação; e
- e) Suplente: Ilídio Marques, Programação

4.2. O júri só pode deliberar quando o número de membros presentes na reunião corresponda ao número de membros efetivos.

4.3. As deliberações do júri, que devem ser sempre fundamentadas, são tomadas por maioria de

FAZ CULTURA

votos presentes, não sendo admitida a abstenção.

4.4. Os membros do júri estão sujeitos ao regime de impedimentos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

4.5. Foram designados como gestores do procedimento/assessor técnico-jurídico, Diana Magalhães e Ana Rita Prata, podendo o júri ser também auxiliado pelos serviços da entidade adjudicante, podendo designar um secretário nos termos do artigo 68.º n.º 5 do CCP.

5. CANDIDATOS

Podem candidatar-se todas as entidades individuais ou coletivas, relativamente às quais não se verifique nenhum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP e que cumpram os requisitos mínimos de capacidade técnica que constam do ponto 6.1.

Os candidatos que se queiram associar, nomeadamente para cumprimento do requisito de capacidade técnica previsto na alínea e) do ponto 6.1., devem candidatar-se e concorrer em agrupamento.

Os membros do agrupamento candidato não podem ser candidatos autónomos neste concurso nem integrar outro agrupamento candidato, sob pena de exclusão das respetivas candidaturas.

Os membros que integram o agrupamento candidato podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura da candidatura ou da proposta e receção de notificações e comunicações, devendo entregar instrumentos de mandato para o efeito, emitidos por cada um dos membros.

Não existindo representante comum, as candidaturas e as propostas são assinadas por todas as entidades que compõem o agrupamento ou seus representantes.

Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta e, em caso de seleção, todos os membros do agrupamento deverão associar-se na modalidade de consórcio.

II. FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

6. FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas e todos os documentos que as compõem deverão ser apresentadas até às 23h59m do 21.º dia após a data de envio do convite, na plataforma acinGov (www.acingov.pt).

Os documentos que materializam os trabalhos de conceção devem ser elaborados e apresentados

FAZ CULTURA

de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento (por exemplo, assinatura, timbre, identificação) que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores, sob pena de exclusão.

A proposta deverá ser constituída por um PDF único, em formato de ecrã (1920x1080) e com um máximo de 30 páginas, redigida em língua portuguesa, sendo permitidos um número máximo de 3 peças em *motion graphics*, devendo incluir os seguintes elementos:

a) Proposta de adaptação da identidade gráfica e visual da "Marca Braga" do Município de Braga aos materiais gráficos da Braga 25, incluindo aplicação do novo logótipo Braga 25 já desenvolvido, demonstrando a sua aplicação nos seguintes suportes:

- ✓ Mupi geral de campanha trimestral da programação da Braga 25 (a partir do anexo II);
- ✓ Mupi de destaque de uma atividade da programação do trimestre (a partir do anexo II);
- ✓ Desenho da aplicação do novo logótipo no website oficial da Braga 25;
- ✓ Em ambiente digital, nomeadamente em plataformas de redes sociais, como Instagram e Facebook (feed, stories, imagens de capa e de perfil).

Declaração, sob compromisso de honra, em como o concorrente assegura os requisitos mínimos previstos e aceita as condições do presente concurso, que reproduza os seguintes termos:

“O Concorrente autor da presente proposta declara, sob compromisso de honra, que:

i. Permite a divulgação, reprodução ou exploração da sua proposta, por qualquer meio, no todo ou em parte, pela Direção de Comunicação da TCB, para efeitos de promoção do procedimento e divulgação dos resultados do presente concurso.

ii. Aceita, sem reservas, todos os termos do presente concurso e todas as cláusulas do caderno de encargos anexo, dispondo-se a celebrar e executar contrato nos termos do mesmo, caso a sua proposta seja selecionada para o efeito.

iii. Compromete-se a praticar todos os atos e a assinar todos os documentos que, eventualmente, sejam necessários para assegurar que a TCB, nos termos dos artigos 67.º e 68.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, tenha o direito exclusivo previsto no caderno de encargos, caso a sua proposta venha a ser selecionada.

Os documentos referidos na alínea d), devem ser obrigatoriamente apresentados em língua portuguesa.

FAZ CULTURA

Não são atribuídos prémios de participação.

7. FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – ANÁLISE, AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

7.1. O júri apreciará as propostas submetidas e procederá à exclusão dos trabalhos de conceção apresentados em violação de quaisquer regras relativas à apresentação dos trabalhos, e à ordenação dos trabalhos de conceção apresentados, de acordo com o critério de seleção fixado nos números seguintes.

7.2. A classificação final será atribuída de **0 a 20 pontos**, obtidos pela soma dos pontos obtidos em cada um dos fatores de densificação do critério de seleção, que são os seguintes:

- a) Qualidade criativa e de inovação na adaptação da identidade visual e gráfica da "Marca Braga" ao universo do projeto cultural Braga 25 Capital Portuguesa da Cultura (QCA) – **de 0 a 8 pontos**;
- b) Aplicação e comportamento da identidade visual nos diferentes suportes gráficos, mantendo um compromisso equilibrado entre a linguagem da identidade visual e gráfica pré-existente da Braga 25, o novo logotipo Braga 25 e a identidade visual e gráfica do Município de Braga, e os valores e princípios éticos da acessibilidade física, social e intelectual (AC) – **de 0 a 10 pontos**
- c) Coerência, lógica e sistematização da proposta (CLS) – **de 0 a 2 pontos**

7.3. A classificação será atribuída através da aplicação da seguinte fórmula de cálculo da classificação final:

$$CF = QCA + AC + CLS$$

CF – Classificação Final

7.4. O júri elaborará relatório fundamentado com as conclusões resultantes dos números anteriores, nos termos do n.º 2 do artigo 219.º-F do Código dos Contratos Públicos, podendo deliberar que nenhum dos trabalhos de conceção apresentados tem mérito que justifique a seleção.

7.5. Só após a elaboração do relatório referido no número anterior, o Júri tomará conhecimento da identidade dos concorrentes, podendo fazer-lhes pedidos de esclarecimentos sobre os seus trabalhos, mas já não podendo alterar ou reformular as suas deliberações.

7.6. Todos os concorrentes estão totalmente vinculados a adotar as necessárias e

FAZ CULTURA

adequadas diligências, ativas e omissivas, para assegurar o anonimato até à conclusão do relatório final identificado nos números anteriores.

- 7.7. O órgão competente para a decisão de contratar, aceitando as deliberações do júri, selecionará o trabalho de conceção classificado em primeiro lugar, para efeitos de posterior formação e celebração de contrato, na sequência do procedimento de ajuste direto a adotar ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP e n.º 2 do artigo 219.º-A.
- 7.8. A decisão de seleção é notificada simultaneamente a todos os concorrentes, incluindo aos candidatos que tenham sido excluídos na fase de qualificação.

8. ANONIMATO

A entidade adjudicante, o júri do concurso e os concorrentes estão totalmente vinculados a adotar todas e quaisquer diligências, ativas e passivas, adequadas e necessárias para garantir o anonimato, até à conclusão do relatório final.

III. AJUSTE DIRETO SUBSEQUENTE

9. CONTRATAÇÃO POSTERIOR POR AJUSTE DIRETO AO ABRIGO DA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 27.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

- 9.1. Na sequência do presente concurso de conceção poderá ser celebrado, por ajuste direto com convite ao autor do trabalho que ficar em primeiro lugar e, consequentemente, sobre o qual recair a decisão de seleção, um contrato de prestação de serviços, durante 2025 e 2026, com o valor máximo de 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros) e com o seguinte objeto: aquisição de criações conceptuais que consistem na concretização e desenvolvimento dos trabalhos de conceção da identidade visual e gráfica da Braga 25 considerando o novo logotipo que decorre da mais recente identidade visual e gráfica do Município de Braga.
- 9.2. Os termos desta contratação encontram-se caracterizados, quanto à sua natureza e condições de execução, no caderno de encargos, que constitui o Anexo I e faz parte integrante destes Termos de Referência.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

10. PUBLICIDADE

FAZ CULTURA

O presente concurso será publicitado em Diário da República e no sítio da internet da entidade adjudicante, nos termos determinados pelo artigo 219.º-C do Código dos Contratos Públicos.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite será aplicável o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, em especial nos artigos 219.º-A a 219.º-I.

ANEXOS:

ANEXO I – CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO II – CONTEÚDOS DE PROGRAMAÇÃO PARA CONCEÇÃO DE PROPOSTA